

-----**ATA N.º 6/2013**-----

-----Aos 6 dias do mês de março de 2013, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----Victor Martins Santos;-----

-----António Graça Silva.-----

-----Faltou a esta reunião o Senhor Vereador João Manuel Duarte.-----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro e coadjuvada por Sónia Cristina Fernandes.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**-----

-----O Senhor Presidente da Câmara informou que, o Senhor Vereador João Manuel Duarte comunicou que por motivos profissionais inadiáveis, não poderia comparecer à reunião de hoje (fax com registo de entrada n.º 2137, de 6/3).-----

-----**O Executivo considerou a falta justificada.**-----

-----**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 6/2/2013**-----

-----Foi presente a ata n.º 4, da reunião ordinária do Executivo de 6/2/2013, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** informou que tem em sua posse o processo sobre o Parque Eólico, solicitado pelo Senhor Vereador João Duarte, na reunião do dia 6/2/2013, mas uma vez que não está presente irá contactá-lo para disponibilizar a documentação. -----

-----**Dispensada a sua leitura, foi a mesma aprovada, por maioria, com uma abstenção do Senhor Presidente da Câmara, por não ter estado presente na referida reunião.** -----

-----**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 20/2/2013** -----

-----Foi presente a ata n.º 5, da reunião ordinária do Executivo de 20/2/2013, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura, foi a mesma aprovada, por maioria, com uma abstenção do Senhor Presidente da Câmara, por não ter estado presente na referida reunião.** -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

-----Nos termos do n.º 2 e 5, do art.º 84.º, da Lei n.º 169/99, de 18/9, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/1, o Senhor Presidente da Câmara, concedeu um período para intervenção do público. -

-----Esteve presente nesta reunião o Senhor António José Achando da Fonseca, na qualidade de gerente da empresa CEAP, referindo que tinha endereçado um ofício à autarquia a solicitar, com a maior brevidade possível o arranjo do caminho que dá acesso à propriedade da empresa. Referiu também, que já havia pedido a intervenção da Junta de Freguesia. Disse que esta situação está a provocar prejuízos na empresa ao nível de desgaste das máquinas e também turístico, porque os autocarros têm

dificuldade em passar. Esta situação está a provocar um aumento de despesas na manutenção da maquinaria, que está ser difícil de suportar.-----

-----Mencionou que sabe que existe um projeto da autarquia para asfaltar aquele caminho, mas enquanto não acontece, o caminho vai-se degradando cada vez mais. -----

-----Solicitou ainda, ajuda da autarquia para limpar a mata perto da EN 102, no cruzamento com o Minhocal, que pertencem à CEAP, mas que é alvo de despejos constantes de lixo, que se têm intensificado nos últimos meses com despejos de vidro. Disse que já apresentaram queixa na GNR, mas não tem resultado. Mencionou que a empresa não tem meios suficientes para efetuar a limpeza e que a curto prazo terão uma visita dos técnicos do IFADAP, porque têm uma candidatura ao PRODER para aquele espaço, daí a urgência da intervenção. -----

-----Alertou ainda para o facto de na zona do Minhocal e Baraçal, haver algumas matas jovens que estão a ser dizimadas por procecionária e que estão a passar para as matas mais velhas. Referindo que a autarquia através do Gabinete de Florestas poderia fazer um levantamento e enviar para o Ministério para tomarem medidas. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** informou que tem conhecimento do assunto e que tem uma reunião agendada para hoje à tarde, com o Presidente de Junta e o Encarregado da Câmara Municipal, para analisar a situação e encontrar uma solução até à altura da beneficiação do caminho.-

-----Relativamente à limpeza das matas, disse que iria verificar com o Encarregado como poderiam prestar ajuda. Também iria alertar o Gabinete de Florestas para o caso de procecionária, nas matas. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que na última sessão da Assembleia Municipal foi aprovada uma Recomendação ao Executivo, sobre a retirada de confiança ao Senhor Vereador António Silva e pretendia saber qual a opinião do Senhor Presidente, sobre o teor da mesma, bem como, o facto de não ter sido entregue aos membros do Executivo.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** informou que deu conhecimento do teor da recomendação aos Vereadores em exercício e que irá trazer o assunto à próxima reunião de Câmara.-----

-----**ASSUNTOS NÃO AGENDADOS**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos: -

-----**PEDIDO DE SUBSÍDIO – CENTRO DE ALCOÓLICOS RECUPERADOS DA GUARDA;**-----

-----**STAL – AVISO PRÉVIO DE GREVE;**-----

-----**PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA “BENEFICIAÇÃO DE CINCO CAMINHOS AGRÍCOLAS NO CONCELHO DE CELORICO DA BEIRA” – APROVAÇÃO DE MINUTAS DE CONTRATO:**-----

-----**LOTE 1: PAVIMENTAÇÃO DO CAMINHO AGRÍCOLA PINHEIRA – RATOEIRA, FREGUESIA DA RATOEIRA;**-----

-----**LOTE 2: PAVIMENTAÇÃO DO CAMINHO AGRÍCOLA DA MASSA (CELORICO DA BEIRA ATÉ AO LIMITE DO CONCELHO COM A GUARDA), FREGUESIAS DE LAGEOSA DO MONDEGO E AÇORES;**-----

-----**LOTE 3: PAVIMENTAÇÃO DO CAMINHO RURAL (LAGEOSA DO MONDEGO-RAPA), FREGUESIAS DE LAGEOSA DO MONDEGO, VALE DE AZARES E RAPA;**-----

-----LOTE 4: PAVIMENTAÇÃO DO CAMINHO AGRÍCOLA DA REVOLTA (LAGEOSA DO MONDEGO – VALE DE AZARES), NA FREGUESIA DE LAGEOSA DO MONDEGO;-----

-----LOTE 5: PAVIMENTAÇÃO DO CAMINHO AGRÍCOLA DO CIMO DA FEIRA – EN17, NA FREGUESIA DE CARRAPICHANA. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1. DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES E MUNICIPAIS**-----

-----**ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----**Requerente: Cabeça de Casal de António Joaquim Andrade Lopes Durão**-----

-----Foi presente requerimento n.º 893, datado de 05/02/2013, relativo ao processo n.º 11/2013, em nome de Cabeça de Casal de António Joaquim Andrade Lopes Durão, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito na Rua do Conto, freguesia de Lageosa do Mondego, inscrito sob o artigo matricial n.º 981, por o mesmo ter sido construído antes de 1981, data da aplicação do Regulamento das Edificações Urbanas, em toda a área do Concelho. -----

-----De acordo com o parecer dos Serviços Técnicos, o Fiscal Municipal deslocou-se ao local verificando que o mesmo terá sido construído antes de 1981. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 2012. -----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que a edificação foi construída antes de 1981, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a petição da requerente.**-----

-----**2. GABINETE DE AÇÃO SOCIAL**-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE SUBSÍDIO - ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DA GUARDA - RESPOSTA AO SOLICITADO EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 6/2/2013**-----

-----Foi presente informação interna, do Gabinete de Ação Social, com o registo n.º 680/2013, datada de 27/2/2013, informando que no âmbito do pedido de subsídio solicitado pela Associação de Surdos da Guarda “Despertar do Silêncio” e em resposta à solicitação decorrente da deliberação de Câmara do dia 6 de fevereiro do corrente ano, junto anexam Planos de Atividades para 2013, bem como os associados que participam nas atividades propostas. -----

-----Relativamente a este assunto, o Senhor **Presidente da Câmara** referiu que, o que foi solicitado na última reunião foi apresentado pela Associação, frisando que ainda existe um número considerável de beneficiários/associados do concelho. -----

-----Nesta sequência, propôs a atribuição de um subsídio no montante de 100€, mas atendendo à necessidade de cabimentação por parte da contabilidade, o assunto deverá ser retirado da ordem de trabalhos e ser presente à próxima reunião, com todos os elementos solicitados. -----

-----**A Câmara deliberou retirar o assunto da reunião, para ser sujeito a cabimentação, com a proposta de subsídio no montante 100€.** -----

-----**3. SECÇÃO DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO**-----

-----**ASSUNTO: FESTIVAL ANDANÇAS - DANOS EM EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS**-----

-----Foi presente informação interna da Secção de Património, com registo n.º 293, datada de 30/1/2013, dando conhecimento de que durante a montagem da instalação elétrica, do Festival supra referido, existiram

alguns erros e resultaram na danificação de equipamentos instalados para o evento. -----

-----Informam que a Companhia de Seguros vai reembolsar o Município no valor de 364€-----

-----Nesta sequência sugerem que se proceda ao pagamento às firmas lesadas, conforme orçamentos em anexo à presente informação. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** começou por dizer que nunca tinha percebido de quem era a responsabilidade da organização deste evento. E, caso a responsabilidade seja da Câmara, o relatório técnico deveria ter sido elaborado pelos serviços da autarquia e não foi isso que aconteceu. Referiu que o relatório apresentado, não tem qualquer despacho do Senhor Presidente e nunca foi presente a nenhuma reunião de Câmara. -----

-----Disse que quando existem erros e segundo o relatório grosseiros, devem ser apuradas responsabilidades, que na sua opinião poderiam ser da EDP, mas ao que parece a Câmara assumiu como suas, deixando pouco claro o seu papel enquanto interveniente neste processo (evento). ---

-----**A Câmara deliberou por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, proceder ao pagamento às firmas lesadas, conforme orçamentos apresentados.** -----

-----**3.1 ASSUNTO: FUNDOS DISPONÍVEIS 2013**-----

-----Foi presente informação interna da Secção de Contabilidade, com registo n.º 7/2013, de 1/3/2013, referindo que tendo em conta a necessidade de fundos disponíveis por parte do Município de modo a que se possa cumprir com a Lei dos Compromissos, solicita que o Executivo autorize um aumento temporário dos fundos disponíveis nos termos do art.º 4.º, da Lei 8/2012, de 21/2 e respetivas alterações, no que diz respeito à

receita consignada a obter com os empréstimos do PAEL e do reequilíbrio financeiro. -----

-----Mais informa que a receita a incluir é consignada aos compromissos já assumidos e não pagos que constam nas listagens anexas ao Plano de Reequilíbrio Financeiro e que totaliza 9.477.550€. Este valor deverá constar no mapa de fundos disponíveis enquanto não for recebida a totalidade das verbas dos empréstimos. -----

-----Informa ainda que esta receita já estava incluída no cálculo dos fundos disponíveis mas estava numa rubrica incorreta, pelo que solicita ao Executivo autorização para essa alteração, de modo a que o Município não tenha fundos disponíveis negativos. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** fez uma breve apresentação do assunto, referindo que no seguimento de uma ação de formação que decorreu no município, foram alertados pelo formador para a necessidade de o Executivo autorizar um aumento temporário dos fundos disponíveis. ---

-----De seguida, o Senhor **Vereador Victor Santos** questionou se os empréstimos do plano de reequilíbrio já estão aprovados, uma vez que, segundo a informação técnica, será de considerar como fundo disponíveis uma proposta de empréstimos do PAEL e do reequilíbrio. Situação que ainda não está concretizada e não se sabe se vai acontecer. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** esclareceu que esta é uma situação que está prevista na lei e é exatamente igual ao que foi feito no ano passado. Mencionou que o plano de reequilíbrio foi aprovado neste órgão e que os empréstimos são uma realidade. Referiu que dentro do que se prevê foi elaborado um orçamento “base zero”, depois foi feita uma alteração tendo por base a entrada dessas verbas para o orçamento. -----

-----Referiu que a Lei 8/2012 permite que todas as autarquias contabilizem estas situações. É um procedimento correto e que está contemplado na lei.-----

-----Relativamente à Lei dos Compromissos esclareceu que existe uma aplicação obrigatória a todas as entidades públicas e participadas, bem com as que recebem fundos comunitários.-----

-----Mencionou que o IGF é a entidade reguladora e fiscalizadora da Lei dos Compromissos, quer nas entidades públicas, quer privadas.-----

-----A Empresa Municipal enquanto participada da Câmara Municipal vê-se obrigada a aplicar a Lei dos Compromissos. Mencionou que neste momento a Administração tem a preocupação de atualizar o *software*, por causa da faturação eletrónica e assim retomar a garantia da fixação da Lei dos Compromissos.-----

-----**A Câmara deliberou por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, autorizar um aumento temporário dos fundos disponíveis, nos termos do n.º 4, da Lei n.º 8/2012, de 21/2 e respetivas alterações, no que diz respeito à receita consignada a obter com os empréstimos do PAEL e do reequilíbrio financeiro.**-----

-----**Mais deliberou autorizar a alteração de rubrica da receita que já estava incluída no cálculo dos fundos disponíveis, para que o Município não tenha fundos disponíveis negativos.**-----

-----**4. ANMP**-----

-----**ASSUNTO: TAXA MUNICIPAL DE OCUPAÇÃO TURÍSTICA**-----

-----Sobre o assunto em tópico, foi presente, para conhecimento documento com entrada n.º 1841, de 25/2/2013.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** leu a circular e referiu que a ANMP sugere a aplicação de uma taxa fixa de 1,5€.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que numa das últimas reuniões de Câmara aprovaram-se um conjunto de taxas para os vários espaços turísticos, mas de facto o Gabinete de Turismo não tem pessoal para por em prática essas taxas. -----

-----Relativamente à taxa de ocupação turística considera que não é exequível e é contra a sua aplicação no concelho. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que a forma como está feita a fundamentação para a aplicação desta taxa é revoltante. Trata-se de desvirtuar por completo o papel e as funções das autarquias, tendo como único objetivo a captação de receita. Referiu que o problema dos Municípios do Interior prende-se com a captação de pessoas e a sobrevivência dos espaços turísticos, que não se coaduna com a aplicação de uma taxa desta natureza. Considera esta proposta completamente inadequada e sem qualquer aplicação no concelho. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** referiu que está de acordo com o referido anteriormente. Mencionou que, atualmente tem é que se definir estratégias para captar pessoas, caso contrário o Interior continuará a ficar cada vez mais desertificado e mais isolado. Frisou que não vê qualquer benefício na aplicação desta taxa para o concelho de Celorico da Beira. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** também corrobora da opinião de todos. Disse que a autarquia tem infraestruturas onde já vão ser pagas taxas, considera esta proposta de taxa fora de qualquer contexto, aqui no Interior, onde a principal preocupação é a captação de turistas e não o contrário. -----

-----**5. MUNICÍPIO DA GUARDA**-----

-----**ASSUNTO: MOÇÃO DE REPÚDIO - REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA JUDICIÁRIA E RECOMENDAÇÃO - GABINETE MÉDICO LEGAL DA BEIRA INTERIOR NORTE**-----

-----Sobre o assunto foi presente ofício do Município da Guarda, com registo de entrada n.º 1936, de 27/2/2013, dando conhecimento que foi aprovado em reunião de Câmara do dia 18/2/2013, uma moção de repúdio relativa à “Reorganização da Estrutura Judiciária” e uma recomendação relativa ao “Gabinete Médico Legal da Beira Interior Norte”. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que, tal como tinha referido na última sessão da Assembleia Municipal, quando foram abordados estes assuntos, cada vez mais se deixa de falar da Guarda, para se passar a falar da Covilhã e de Castelo-Branco. Aos poucos está a acontecer um esvaziamento de certos serviços que existiam nos concelhos e na sede do distrito, exemplo disso, são os dois casos que aqui são apresentados, para além de outros. Referiu que chegou a hora dos autarcas se unirem e lutarem para manter o que têm no distrito, não permitindo esta fuga e extinção de serviços. -----

-----Luta essa, que conforme disse na última Assembleia deve ser tutelada por todos, mas para a qual, deve ser pedida uma intervenção e responsabilização especial aos deputados parlamentares que representam este distrito e dos quais não se conhece qualquer ação ou tomada de posição relativamente a este assunto. -----

-----Disse que o distrito da Guarda está a ser muito mal tratado pela tutela e se nada se fizer, depressa passará a ser um mero aglomerado, periférico à cidade da Covilhã. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que concorda com o que foi dito pelo Senhor Vereador José Luís e frisa que é importante ter-se a consciência de qual o distrito a que pertencemos. -----

-----Versando a mesma temática dos documentos apresentados, propôs uma moção de repúdio, não da Câmara da Guarda, mas de todos os municípios do distrito. Propôs ainda que seja o Senhor Presidente da Câmara de Celorico a liderar este movimento, disponibilizando-se desde já a participar e a votar favoravelmente as moções ou documentos apresentados.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** corrobora das opiniões dos Senhores Vereadores, referindo que está a assistir-se ao esvaziamento do Interior e em particular do distrito da Guarda, que tem vindo a perder, nos últimos tempos, serviços estruturantes.-----

-----Referiu que estas posições têm maior impacto se forem tomadas em conjunto, demonstrando o desagrado de todos os municípios que compõem o distrito da Guarda com este tipo de políticas, que se limitam a subtrair serviços, alegando motivos meramente economicistas, não tendo em conta a vontade e os anseios das populações residentes. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que já na última sessão da Assembleia Municipal tinha referido a necessidade da Câmara Municipal de Celorico da Beira, na pessoa do seu Presidente envidar esforços para reunir todos os municípios do distrito, no sentido de se analisar esta e outras temáticas. Frisou que ações desta natureza têm um maior impacto se forem conjuntas. -----

-----**6. STAL**-----

-----**ASSUNTO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA LEI N.º 50/2012, DE 31/8, ELABORADA PELO STAL**-----

-----Foi presente para conhecimento resolução relativa ao tema supra referido, através de documento com registo de entrada n.º 1646, datado de 20/2/2013.-----

-----7. **CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO**-----

-----**ASSUNTO: NOVA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS - PEDIDO DE APOIO PARA DEFENDER A AUTONOMIA DO PODER LOCAL**-----

-----Sobre o assunto em tópico, foi presente para conhecimento, ofício da Câmara Municipal do Crato, com registo de entrada n.º 1639, de 19/2/2013.

-----8. **PEDIDO DE SUBSÍDIO – CENTRO DE ALCOÓLICOS RECUPERADOS DA GUARDA**-----

-----Foi presente ofício do Centro de Alcoólicos Recuperados da Guarda, com registo de entrada n.º 2062, datado de 4/3/2013, a solicitar a atribuição de um subsídio.-----

-----A Câmara deliberou retirar o assunto da reunião, para ser sujeito a cabimentação, com a proposta de subsídio no montante 250€.-----

-----9. **STAL - AVISO PRÉVIO DE GREVE**-----

-----Sobre o assunto em título, foi presente para conhecimento documento com registo de entrada n.º 2033, de 1/3/2013, do STAL.-----

-----10. **PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA “BENEFICIAÇÃO DE CINCO CAMINHOS AGRÍCOLAS NO CONCELHO DE CELORICO DA BEIRA”**-----

-----**APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO REFERENTE À EMPREITADA DO “LOTE 1 PAVIMENTAÇÃO DO CAMINHO AGRÍCOLA PINHEIRA - RATOEIRA”, NA FREGUESIA DA RATOEIRA**-----

-----Foi presente minuta do contrato referente à empreitada do “Lote 1 Pavimentação do Caminho Agrícola Pinheira – Ratoeira”, na freguesia da Ratoeira, para aprovação.-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, aprovar a minuta do contrato referente à empreitada do “Lote 1 Pavimentação do Caminho Agrícola Pinheira – Ratoeira”, na freguesia da Ratoeira. -----

-----11. PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA
“BENEFICIAÇÃO DE CINCO CAMINHOS AGRÍCOLAS NO CONCELHO
DE CELORICO DA BEIRA” -----

-----APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO REFERENTE À EMPREITADA DO “LOTE 2 PAVIMENTAÇÃO DO CAMINHO AGRÍCOLA DA MASSA (CELORICO DA BEIRA ATÉ AO LIMITE DO CONCELHO COM A GUARDA”, FREGUESIAS DE LAGEOSA DO MONDEGO E AÇORES -----

-----Foi presente minuta do contrato referente à empreitada do “Lote 2 Pavimentação do Caminho Agrícola da Massa (Celorico da Beira até ao limite do concelho com a Guarda”, freguesias de Lageosa do Mondego e Açores, para aprovação. -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, aprovar a minuta do contrato referente à empreitada do “Lote 2 Pavimentação do Caminho Agrícola da Massa (Celorico da Beira até ao limite do concelho com a Guarda)”, freguesias de Lageosa do Mondego e Açores. -----

-----12. PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA
“BENEFICIAÇÃO DE CINCO CAMINHOS AGRÍCOLAS NO CONCELHO
DE CELORICO DA BEIRA -----

-----APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO REFERENTE À EMPREITADA DO “LOTE 3 PAVIMENTAÇÃO DO CAMINHO RURAL (LAGEOSA DO MONDEGO - RAPA)”, FREGUESIAS DE LAGEOSA DO MONDEGO, VALE DE AZARES E RAPA -----

-----Foi presente minuta do contrato referente à empreitada do “Lote 3 Pavimentação do Caminho Rural (Lageosa do Mondego-Rapa)”, freguesias de Lageosa do Mondego, Vale de Azares e Rapa, para aprovação. -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, aprovar a minuta do contrato referente à empreitada do “Lote 3 Pavimentação do Caminho Rural (Lageosa do Mondego-Rapa)”, freguesias de Lageosa do Mondego, Vale de Azares e Rapa. -----

-----13. PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA
“BENEFICIAÇÃO DE CINCO CAMINHOS AGRÍCOLAS NO CONCELHO
DE CELORICO DA BEIRA-----

-----APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO REFERENTE À EMPREITADA DO “LOTE 4 PAVIMENTAÇÃO DO CAMINHO AGRÍCOLA DA REVOLTA (LAGEOSA DO MONDEGO - VALE DE AZARES)”, NA FREGUESIA DE LAGEOSA DO MONDEGO -----

-----Foi presente minuta do contrato referente à empreitada do “Lote 4 Pavimentação do Caminho Agrícola da Revolta (Lageosa do Mondego – Vale de Azares)”, na freguesia de Lageosa do Mondego, para aprovação.---

-----A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, aprovar a minuta do contrato referente à empreitada do “Lote 4 Pavimentação do Caminho Agrícola da Revolta (Lageosa do Mondego – Vale de Azares)”, na freguesia de Lageosa do Mondego.-----

-----14. PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA
“BENEFICIAÇÃO DE CINCO CAMINHOS AGRÍCOLAS NO CONCELHO
DE CELORICO DA BEIRA-----

-----APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO REFERENTE À EMPREITADA DO “LOTE 5 PAVIMENTAÇÃO DO CAMINHO AGRÍCOLA DO CIMO DA FEIRA - EN 17”, NA FREGUESIA DE CARRAPICHANA -----

-----Foi presente minuta do contrato referente à empreitada do “Lote 5 Pavimentação do Caminho Agrícola do Cimo da Feira – EN17”, na freguesia de Carrapichana, para aprovação. -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, aprovar a minuta do contrato referente à empreitada do “Lote 5 Pavimentação do Caminho Agrícola do Cimo da Feira – EN17”, na freguesia de Carrapichana.-----

-----DELIBERAÇÕES-----

-----Os textos das deliberações constantes desta ata foram aprovados em minuta para efeitos de eficácia imediata. -----

-----ENCERRAMENTO-----

-----Eram 12:00h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----